UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

VINÍCIUS ROCHA RODRIGUES

**OS VESTÍGIOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NAS DENÚNCIAS DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESTADO DO CEARÁ**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2022

VINÍCIUS ROCHA RODRIGUES

**OS VESTÍGIOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NAS DENÚNCIAS DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESTADO DO CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*,
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação
em Direito do Centro Universitário Doutor Leão
Sampaio, em cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Ma. Danielly Pereira Clemente

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2022

VINÍCIUS ROCHA RODRIGUES

**OS VESTÍGIOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NAS DENÚNCIAS DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESTADO DO CEARÁ**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do
Trabalho de Conclusão de Curso de VINÍCIUS ROCHA
RODRIGUES.

Data da Apresentação 27/06/2022

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROF. MA. DANIELLY PEREIRA CLEMENTE

Membro: PROF. MA. IAMARA FEITOSA FURTADO LUCENA/UNILEÃO

Membro: PROF. MA. RAFAELLA DIAS GONÇALVES/UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2022

OS VESTÍGIOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NAS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESTADO DO CEARÁ

Vinícius Rocha Rodrigues¹

Danielly Pereira Clemente²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a incidência e os mecanismos de proteção à violência psicológica contra a mulher no âmbito doméstico, mais especificamente no estado do Ceará. Utiliza-se o método da abordagem metodológica qualitativa e de pesquisa indireta, através de análises documentais, bibliográficas, doutrinas, jurisprudências e leis, bem como a obtenção de dados atualizados sobre a incidência da violência, provenientes de sites de domínio público. Em um primeiro momento, o estudo procurou contextualizar a definição de violência doméstica e de gênero, aprofundando a reflexão sobre a violência psicológica, logo após, tratou sobre a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, abordando seu contexto histórico e axiológico. Posteriormente, trouxe a discussão acerca de inovações legislativas de proteção à mulher e suas possíveis problemáticas. Em suma, o presente trabalho expõe que, por mais importantes que sejam as inovações legislativas na luta para a proteção da mulher, estas, por si só, não garantem à mulher sua integridade psíquica, tampouco diminuem os índices da violência psicológica contra a mulher na sociedade, sendo, para isso, necessário tratar a raiz do problema, visando principalmente a repaginação da visão machista da sociedade acerca do poder e abuso incidente sobre a mulher.

Palavras Chave: Lei Maria da Penha. Violência psicológica. Inovações Legislativas.

ABSTRACT

The present work aims to study the incidence and protection mechanisms of psychological violence against women in the domestic environment, more specifically in the state of Ceará. The qualitative methodological approach and indirect research method are used, through documental, bibliographic, doctrine, jurisprudence and law analyses, as well as obtaining updated data on the incidence of violence, from public domain sites. At first, the study sought to contextualize the definition of domestic and gender violence, deepening the reflection on psychological violence. Subsequently, it brought the discussion about legislative innovations to protect women and their possible problems. In short, the present work shows that, as important as the legislative innovations are in the fight for the protection of women, these, by themselves, do not guarantee women their psychic integrity, nor do they reduce the rates of psychological violence against women in the country. society, and for that, it is necessary to address the root of the problem, aiming mainly at the redesign of the sexist view of society about the power and abuse incident on women.

¹ Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão_rochas.vinicius@gmail.com.

² Professora do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/UNILEÃO, Mestra em Direitos Humanos_daniellyclemente@leaosampaio.edu.br

Keywords: Maria da Penha Law. Psychological violence. Legislative innovations.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, para se fazer possível a discussão sobre alguns aspectos da Lei Maria da Penha – 11.340/2006, é mister esclarecer o conceito de “violência doméstica”, determinando que esta se compreende no contexto de família, de unidade doméstica, de relação íntima de afeto, de namoro e, principalmente, de gênero (DIAS, 2019).

A referida lei, em seu art. 7º, inciso II, tipifica como violência psicológica qualquer conduta capaz de causar dano emocional ou prejuízo à saúde psicológica da mulher, causando-lhe danos emocionais e diminuição de sua autoestima, que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006). Diferentemente da violência moral, na qual é definida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

A violência psicológica contra a mulher é um tema tão abrangente como multifacetado, historicamente presente na sociedade, afetando de forma direta a saúde e o bem-estar das vítimas. Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Brasil, 32% das mulheres entrevistadas alegam já ter sofrido violência psicológica proveniente de seu cônjuge ou ex-companheiro(a) (PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2019).

Mediante o cenário e contexto apresentado, é mister esclarecer que a violência psicológica contra a mulher está cada vez mais presente nas denúncias de violência doméstica, especificamente no estado do Ceará, geralmente atreladas a outro tipo de violência, mas não menos cruel. Dessa forma, esse trabalho parte do seguinte questionamento: de que forma se organiza a proteção jurídica brasileira e cearense para combater, prevenir e punir a violência psicológica contra a mulher?

Nesta toada, eis que o presente trabalho possui como objetivo principal a análise e evidência da violência psicológica contra a mulher, especificamente nas denúncias de violência doméstica no estado do Ceará.

Já entre os objetivos específicos, inclui-se o objetivo de versar sobre a tipificação da violência psicológica contra a mulher na lei brasileira e seu contexto histórico; refletir sobre os

dados de incidência da violência psicológica nas denúncias de violência doméstica contra a mulher, no estado do Ceará; bem como compreender inovações legislativas de proteção à mulher vítima de violência psicológica e suas possíveis problemáticas.

A relevância do presente estudo está na importância de expor informações e dados sobre esse tipo específico de violência contra a mulher que, por muitas vezes, é praticado de forma naturalística pelos agressores, que se limitam a possuir cautela apenas na prática de violência física, utilizando-se da violência psicológica para dar início aos abusos contra sua companheira (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

Sendo assim, este trabalho se faz essencial para a sociedade, pois busca definir o que realmente se caracteriza como violência psicológica no âmbito da violência de gênero e como se dá seu surgimento, bem como demonstrar a tipificação legal brasileira criada em proteção a esse tipo penal, apontando direitos e garantias que são albergadas às vítimas desse tipo específico de violência, logo, explana e esclarece para a sociedade informações talvez antes não sabidas.

Dito isto, pode-se definir que o presente estudo perpassa as discussões acadêmicas, pois o diagnóstico dos dados que serão apresentados poderá contribuir para a criação de novos mecanismos de proteção à mulher vítima de violência psíquica no âmbito doméstico, bem como demonstrando em quais regiões essa violência se faz mais presente.

2 DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO:

A violência doméstica e de gênero sofrida por mulheres é algo atemporal, independente de época, localidade, cultura ou classe social. A sociedade clássica sempre foi marcada pela desigualdade e o exercício da autoridade pelo “pater família”, senhor absoluto da casa, que detinha poder absoluto sobre sua mulher e seus filhos. Sua vontade era lei soberana e incontestável. O homem no papel de senhor absoluto de seus domínios perdurou através dos tempos e, ainda no Brasil colônia, era permitido àquele que surpreendesse sua mulher em adultério, matar o casal de amantes, previsto na legislação portuguesa (DIAS, 2007).

A história traz que a figura do homem como sendo a referência do lar, definido como sexo dominante, enquanto o feminino é o sexo dominado, tendo esse conceito perpetuado por várias décadas, através de diversas gerações, no qual a mulher é ensinada, desde pequena, a servir ao homem e focar apenas nos afazeres da casa.

Segundo Hirigoyen (2006, p. 124) “a mulher, muitas vezes, é anulada pelo seu parceiro agressor, e elas acabam introjetando tudo aquilo que ele diz sobre ela, o que abala completamente sua autoestima”.

O termo “gênero” começou efetivamente a ser utilizado por grupos feministas, visando traduzir a forma como a cultura se apropria do sexo biológico (SAFFIOTI, 1999). Tal perspectiva do termo alterou a visão da violência do enfoque da vitimização para o enfoque relacional, que considera as relações entre homens e mulheres.

A violência doméstica contra mulheres ocorre em todo o mundo e perpassam as classes sociais, as diferentes etnias e independe do grau de escolaridade. Ela recebe o nome de doméstica porque sucede, geralmente dentro de casa e o autor da violência mantém ou já manteve relação íntima com a mulher agredida. São maridos, companheiros, namorados, incluindo ex-companheiro (GALVÃO, 2004, p. 25).

Não obstante, a violência psicológica é a mais comum entre a demais, consistindo em um problema global que ultrapassa gerações. A cultura religiosa e patriarcal, perpassada por séculos, consistente na dominação da figura masculina sobre a mulher, devendo ser essa, sempre submissa ao seu esposo, sofrendo uma série de agressões em seu dia a dia, devendo acreditar que essas atitudes faziam parte dos costumes. Até mesmo nos dias atuais, não é difícil se deparar com mulheres que sofrem agressões, entretanto, não denunciam, por acreditarem que isso seria normal de um relacionamento, sem a percepção de que convivem em um relacionamento abusivo.

Os anos 90, em termos de direitos humanos, registraram avanços importantes para as mulheres. Em 1993, em Viena, a violência contra mulheres e meninas foi classificada como uma grave violação de seus direitos e considerada incompatível com a dignidade e o valor do ser humano, um grave problema que afeta a saúde física e mental de mulheres de todo o mundo (DECLARAÇÃO DE VIENA, 1993).

2.1.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA LEI 11.340/2006:

A Carta Magna do Brasil, de 1988, em seu art. 226, §8º, por meio de mandamento constitucional, definiu mecanismos que visam atenuar a violência doméstica familiar, na qual deu ensejo à criação da Lei Maria da Penha: O estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (BRASIL, 1988).

O nome da referida lei faz referência à Maria da Penha Maia Fernandes, mulher cearense, vítima de violência doméstica durante 23 anos, provenientes do seu esposo, que tentou por várias vezes assassina-la, primeiramente através de um tiro de arma de fogo, deixando-a paraplégica, e depois, através de eletrocussão e afogamento, cominando em denúncia feita pela ofendida, que levou o autor à prisão, no qual permaneceu em cárcere por pouco mais de 2 anos (FUNDO BRASIL, 2022).

A Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) define, em seu art. 5º, hipóteses que constituem violência doméstica e familiar contra a mulher:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006).

Segundo Fabiana Dal'Mas, a manifestação de violência contra mulheres possui diversas formas de manifestação:

A violência de gênero tem diversas características, desde as mais ocultas, como o assédio sexual no trabalho, nas ruas e nos transportes públicos, até a forma de violência mais severa e extrema como o feminicídio, a mutilação genital, ataques com ácidos, casamento de crianças, exploração sexual e o tráfico de mulheres (DAL'MAS, 2015, p. 01).

Já para Saffioti (2004, p. 17) a violência doméstica se caracteriza pela “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”.

Sendo assim, pode-se definir a violência contra a mulher baseada no gênero como qualquer ação que tenha como resultado o sofrimento da vítima, seja ele motivado por agressões físicas, sexuais ou psicológicos, incluindo-se ainda como agressão as ameaças sofridas e a privação da liberdade da ofendida, seja ela de forma pública ou privada (ONU, 1992).

Ademais, ressalta-se ainda que o contexto histórico da desigualdade hierárquica de gênero e superioridade masculina foi construindo e intensificando, pouco a pouco, os índices de violência doméstica contra a mulher.

2.2 DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER

A violência psicológica, estudada com mais enfoque no presente trabalho, é uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, definida no artigo 7º, II, da Lei Maria da Penha como:

Qualquer conduta que lhe cause danos emocionais e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BIANCHINI, 2020, p. 20).

É sabido que a violência psicológica não deixa vestígios ou marcas evidentes que possibilitem a perícia visual, traduzindo-se na doutrina processual penal como um crime “transeunte”, pelo fato de ser abstrata, entretanto, é capaz de produzir reflexos na saúde mental e física da vítima, devendo ser evidenciada através de perícia psicológica.

É considerada pela OMS – Organização Mundial da Saúde como uma forma de agressão intrafamiliar à mulher (OMS, 2022), que pode acarretar, no futuro, em um feminicídio, ou seja, a morte da mulher motivada pelo gênero, tipificado no Art. 121, §2º, VI do Código Penal Brasileiro de 1940 (BRASIL, 1940).

Embora não havendo uniformidade na literatura, o dano psíquico costuma ser equiparado à noção de trauma (RAMOS, 2019). Tendo em vista seu contexto clínico, o trauma é definido como uma "resposta a um evento, que causa um impacto grave e nocivo sobre o indivíduo e que se estrutura psicopatologicamente pelo transtorno de estresse pós-traumático" (CUNHA, 2000, p. 120).

Portanto, os parâmetros normalmente utilizados para caracterizar a ocorrência do dano psicológico é a análise do evento traumático, sua origem, sua causa e causador, caracterizando assim o sujeito ativo do crime. A presença ou não desses sintomas em mulheres que se apresentarem como vítimas de violência psicológica no âmbito doméstico ou familiar é que irão indicar a caracterização do crime, ou seja, irão comprovar realmente que a violência possuiu cunho de violência motivada pelo gênero (ROSA, 2021).

Desta forma, evidencia-se que um dos maiores desafios da violência psicológica se refere à sua visibilidade, tendo em vista que, por muitas vezes, a própria vítima possui dificuldades de identificar que está em um relacionamento abuso, mesmo com as evidentes

consequências à sua qualidade de vida. Conforme salienta os autos Silva, Coelho e Caponi (2007, p. 101):

Difícilmente, a vítima procura ajuda externa nos casos de violência psicológica. A mulher tende a aceitar e justificar as atitudes do agressor, protelando a exposição de suas angústias até que uma situação de violência física, muitas vezes grave, ocorra. [...] A prevenção da violência psicológica pode ser pensada como uma estratégia de prevenção da violência de modo geral, isto é, não só da violência familiar, mas também da institucional e social. O fato de uma pessoa crescer e desenvolver-se numa família violenta pode repercutir na forma de aprendizado de solução de problemas, produzindo um padrão de comportamento violento.

A violência psicológica contra a mulher é a mais comum no país, pois, além de ser muito empregada pelos agressores no âmbito de uma relação conjugal, também é recorrente nas relações familiares, entre pai e filha, irmão e irmã, tio e sobrinha, entre outros. Essa violência é definida como qualquer conduta que seja capaz de causar dano emocional ou prejuízo a saúde psicológica da mulher, onde o agressor, motivado por um contexto histórico que minimizava a mulher, controla, degrada, humilha e isola a vítima, causando grave abalo psicológico à vítima, esta é a violência psicológica contra a mulher.

Como consequências para a saúde emocional e mental, causados pela violência psicológica sofrida pela mulher, Ferreira (2012) e Rodrigues (2014) pontuam vários agravos, como: isolamento social, vergonha, culpa, medo de represálias, isolamento emocional, desconfiança, ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, transtornos no sono, na alimentação, baixa autoestima, pensamentos suicidas e tentativas de suicídio, com êxito ou não.

Apesar dos danos sofridos por esse tipo de violência caracterizarem-se pela invisibilidade, podem, na realidade, deixar sequelas bem visíveis, como processos de somatização e interferência na construção da identidade e subjetividade. A violência psicológica contra a mulher pode ser considerada a forma mais cruel delas, pois, além de deixar sequelas, pode perdurar por toda a vida, causando pânico à vítima e provocando danos mentais capazes de anular e destruir a personalidade da ofendida.

Em uma pesquisa realizada pelos doutrinadores Oliveira e Carvalho (2017, p. 07), constatou-se que a violência doméstica afeta principalmente a saúde mental das mulheres vitimadas, indicando que até 48% das mulheres que sofreram violência doméstica afirmam que tiveram sua saúde mental afetada de alguma forma.

Nesta toada, evidencia-se o alarmante dado de mais de 71 mil casos de violência psicológica contra a mulher, ocorridos no Brasil no ano de 2018, segundo o site do próprio

Governo Federal, em sua guia de acesso ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sendo o Ceará o 7º estado com mais denúncias de violência contra a mulheres (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2020).

2.2.1 DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E NO CEARÁ:

Conforme levantamento realizado no ano de 2019 pelo Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da Defensoria Pública do Ceará (NUDEM-CE), evidenciou-se que cerca de 97,5% das mulheres vítimas de violência doméstica identificam a violência psicológica como a forma de expressão mais recorrente da violência.

A pesquisa, realizada com 568 mulheres, entre janeiro e dezembro de 2018, através do método de amostragem, revelou que a violência psicológica segue sendo, ano após ano, a mais presente das violências contra a mulher no estado do Ceará.

Em síntese, a pesquisa mostrou que 554 mulheres (97,5% do total) identificaram a violência psicológica como a forma de expressão da violência mais recorrente. Em segundo lugar aparece a violência moral (435), seguida por violência física (418), patrimonial (362) e sexual (140) (NUDEM-CE, 2019).

Do total de mulheres pesquisadas, 211 apontaram estar entre um e cinco anos submetidas a uma situação de violência sem denunciar, e outras 141 estão entre 10 e 20 anos vivenciando os abusos (NUDEM-CE, 2019).

Em relação ao perfil das vítimas, 38,7% têm entre 26 e 35 anos de idade; 34,9% possuem Ensino Médio completo; e 32,7% têm a renda mensal de até um salário mínimo. Já no recorte racial, a pesquisa aponta que 55,6% das mulheres se autodeclararam parda, 28,5% morena, 11,6% branca, 3,5% negra, 0,4 indígena e 0,4% não informaram (NUDEM-CE, 2019).

Ademais, 54,6% das mulheres apontaram o medo do agressor como um dos fatores que as impedem de romper o ciclo de violência. Outras dependências apontadas pelas mulheres foram emocionais (50,2%), familiar (41,37%) e financeira (36,8%) (NUDEM-CE, 2019).

A pesquisa ainda aborda o perfil dos agressores, sendo que 44,9% (255 casos) identificam como o agressor o ex-companheiro e 36,3% (206) o cônjuge. Há um dado ainda mais interessante, no qual ressalta que 43,5% dos agressores vivenciaram situação de violência na casa dos pais (NUDEM-CE, 2019).

Por fim, a pesquisa mostrou ainda que as violências geralmente ocorrem nos espaços públicos e domésticos (54,9%) e são potencializadas pelo uso de álcool (48,6%), e que, em 81,7% dos casos, os filhos presenciam a violência (NUDEM-CE, 2019).

Os dados da pesquisa demonstram a importância de um maior investimento em políticas públicas de combate à violência psicológica contra a mulher no âmbito doméstico, sendo essa a modalidade de violência que mais atinge mulheres no estado do Ceará.

2.3 INOVAÇÕES LEGISLATIVAS E SUAS PROBLEMÁTICAS

Com o advento da Lei 14.188/2021, várias foram as inovações legislativas trazidas visando a proteção da mulher vítima de violência psicológica, entre elas está a tipificação do novo crime de violência psicológica contra a mulher, através do art. 147-B da Lei 2.848/1940 - Código Penal Brasileiro, finalmente tipificando essa modalidade de violência contra a mulher, cada vez mais evidente na sociedade (BRASIL, 2021).

A referida lei não alterou somente dispositivos do Código Penal Brasileiro, trazendo mudanças legislativas também à Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, como a inédita possibilidade de afastamento do agressor do lar da ofendida em caso de violência psicológica contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, na qual era, anteriormente, prevista apenas em casos de violência física contra a vítima (BRASIL, 2021).

2.3.1 TIPIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA:

Uma das principais problemáticas da violência psicológica contra a mulher, até pouco tempo atrás, era a ausência da sua real tipificação no Código Penal, pois mesmo definida na Lei Maria da Penha como uma espécie de violência contra a mulher, não havia um crime definido de forma taxativa que possibilitasse definir a violência psicológica no âmbito doméstico, familiar ou de gênero, sendo necessário realizar uma espécie de interpretação analógica para sua aplicação, utilizando-se de crimes análogos como Ameaça – Art. 147, Injúria – Art. 140, Constrangimento ilegal – Art. 146 e Difamação – Art. 139, todos do Código Penal Brasileiro, Lei 2.848/1940, o que trazia uma certa insegurança jurídica à vítima (CAPEZ, 2021). Ademais, havia ainda certa confusão na aplicação e definição dos tipos legais da violência moral e violência psicológica aos casos concretos, já que as condutas definidoras do primeiro tipo penal têm por objetivo crimes contra a honra, enquanto o segundo sequer havia sido tipificado de forma concreta, sendo difícil compreender efetivamente se a mulher foi vítima de violência moral ou psicológica, haja vista a semelhança entre os dispositivos.

Tal problemática foi amenizada com a recente criação do art. 147-B do Código Penal, por intermédio da Lei 14.188/2021, que dispõe sobre a violência psicológica contra a mulher, nos seguintes termos:

Art. 147-B: Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação:
Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave (BRASIL, 2021).

Importante ressaltar que, mesmo que a pena do referido artigo possibilite a aplicação dos benefícios previstos na Lei. 9.099/95, são inaplicáveis a suspensão condicional do processo e a transação penal aos delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha, nos termos da Súmula 536 do STJ (BRASIL, 2015).

A incorporação do referido artigo ao Código Penal foi um imenso avanço na luta para proteção da mulher, pois agora tem-se uma legislação específica que define a pena da violência psicológica, sendo ainda crime de ação penal pública incondicionada, diferenciando-se, nesse quesito, da simples Ameaça – art. 147, que é de ação pública condicionada a representação.

Contudo, ressalta-se que, mesmo com a criação desse tipo penal, a problemática da violência psicológica está longe de ser solucionada por completo.

2.3.2 CRÍTICAS AO ART. 147-B DO CÓDIGO PENAL:

Autores como Leonardo Schmitt de Bem (2020) e Alexandre Moraes da Rosa (2021), ressaltam que uma das principais falhas cometidas pelo legislador foi ter tipificado uma pena base tão baixa ao referido tipo penal, um crime que se faz cada dia mais frequente na sociedade brasileira contemporânea, auferindo ao tipo legal a pena de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos de reclusão.

De qualquer forma, mesmo levando-se em consideração a importância das consequências jurídicas ao agressor na forma de pena privativa de liberdade, o legislador deve ficar atento a ao principal objetivo do tipo penal, que é a garantia da proteção à mulher, estabelecendo medidas que assegurem sua segurança, privacidade, intimidade e saúde mental.

Ademais, nota-se que a norma não se refere a qualquer dano emocional, limitando-se àquele dano emocional que: I- prejudicar e perturbar o pleno desenvolvimento da mulher ou que, alternativamente, II- vise a degradar ou a controlar suas ações comportamentos, crenças e

decisões. No último caso, ante a redação, o crime exige dolo específico do agente (o que pode ser um problema à vítima apresentar elementos probatórios que o comprove), e no primeiro, apenas o dolo genérico. Com essa restrição, o legislador tornou mais dificultosa a aplicação do tipo penal (RAMOS, 2021).

Ao comentar sobre o referido crime, Fernando Capez (2021) nota que o tipo penal é definido inicialmente pela descrição do resultado, isto é, "causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento (...)", e somente do meio para o final do texto são definidas as condutas em si, todas meramente exemplificativas, observada a parte final do artigo, que cita "qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação" (BRASIL, 2021).

Nesse sentido, entende-se que a organização textual do crime atribui maior relevância ao resultado do que à conduta em si, o que viabiliza a configuração do tipo penal por meio de infinitas condutas, favorecendo diversas interpretações (SANTOS, 2017).

Em que pese o avanço legislativo e social dessa tipificação penal, observa-se que a norma parece, na realidade, ainda possuir diversas falhas, pois além de isolar e definir o dano emocional cabível, aufere à vítima a difícil tarefa de comprovar o dolo específico do agressor, bem como prevê, além de uma pena baixíssima, disposições já presentes em outros dispositivos legais, como ameaçar, constranger, etc., tendendo a criar inúmeras dúvidas com relação a sua real incidência, dificultando, assim, seu principal objetivo, a proteção à mulher.

Portanto, conclui-se que a taxatividade na lei, por si só, não é a única solução para o problema, não havendo uma melhoria significativa na incidência da violência psicológica após a criação da *novatio legis* incriminadora.

É necessário que haja, primordialmente, a repaginação da visão da sociedade machista, presente desde os primórdios, tratando de forma preventiva os casos de violência psicológica contra a mulher, bem como a concepção de políticas públicas de proteção à mulher e a intensificação dos mecanismos já existentes, junto ao agravamento da pena base do tipo penal.

2.3.3 AFASTAMENTO DO AGRESSOR EM CASO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA:

Outra inovação legislativa trazida pela Lei 14.188/2021 foi a previsão, de forma taxativa no art. 12-C da Lei Maria da Penha, da possibilidade de ser determinado o afastamento imediato do agressor do lar da ofendida, em caso de violência psicológica, conforme disposto a seguir:

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

I - pela autoridade judicial;

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca;

III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia (BRASIL, 2021).

Cabe ressaltar que a antiga previsão do art. 12-C, no qual havia sido incluído pela Lei 13.827/2019, previa a possibilidade de afastamento do agressor apenas nos casos de risco iminente à vida ou à integridade física da vítima, sendo omissivo em relação à violência psicológica, trazendo insegurança jurídica para as vítimas desse tipo de violência (BRASIL, 2019). As diferenças entre os artigos podem ser evidenciadas a seguir:

Redação anterior à Lei. 14.188/21:

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à **vida ou à integridade física** da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida (BRASIL, 2021).

Redação posterior à Lei. 14.188/21:

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à **integridade física ou psicológica** da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida (BRASIL, 2021).

Nesta vereda, não restam mais dúvidas acerca da possibilidade de decretação do afastamento do agressor em caso de violência psicológica contra a mulher em âmbito doméstico ou por motivo de gênero, sendo o legislador assertivo na alteração deste dispositivo legal, garantindo mais segurança jurídica à proteção da mulher vítima de violência psicológica.

3 METODOLOGIA

Na presente pesquisa, tem-se que sua natureza é básica, ou seja, o referente artigo possui o condão de ser apenas informativo e de conhecimento para a sociedade sobre os casos de violência psicológica contra a mulher no âmbito da violência doméstica, sendo ainda utilizada como objetivo da pesquisa ser um instrumento explicativo, haja vista a demonstração de informações e fatos, bem como a conexão de ideias, buscando-se principalmente aprofundar os conhecimentos sobre a realidade dos fatos (ANDRADE, 2017), enquadrando-se também na

forma de pesquisa exploratória, para que o tema possa ser conhecido de forma mais aprofundada, além da pesquisa bibliográfica, através de leis, jurisprudências e doutrinas (PRODANOV e FREITAS, 2019).

O principal propósito de uma pesquisa explicativa é a identificação dos fatores que determinam a ocorrência de fenômenos diversos, sendo o tipo de pesquisa que melhor aprofunda o conhecimento sobre a realidade, explicando o porquê e a razão das coisas (GIL, 2019).

Já a pesquisa exploratória tem por finalidade:

Proporcionar mais informações sobre o assunto investigado, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 51-52).

No presente trabalho foram abordados vários tópicos de grande relevância, relacionados aos objetivos: Tipificação da violência psicológica contra a mulher na lei brasileira; Inovações Legislativas de Proteção à Mulher, além da demonstração de dados públicos que comprovem a incidência dessa violência no estado do Ceará, obtidos por meio de sites, blogs e jornais.

Utilizou-se, na presente pesquisa, a abordagem qualitativa, pois tem-se o interesse de que, através de pesquisas, seja demonstrada a realidade das ocorrências de violência psicológica contra a mulher e seus fenômenos, bem como suas características, sendo utilizada como fonte de estudo: doutrinadores que discutam acerca do tema, bem como documentos em formato digital para a demonstração de dados (DENZIN e LINCOLN, 2006). Em suma, esse tipo de pesquisa presa, principalmente, pela exposição delineada dos fenômenos e elementos envolvidos, atribuindo maior importância às declarações dos atores envolvidos no estudo (VIEIRA e ZOUAIN, 2005).

A presente pesquisa ocorre no estado do Ceará, que conforme o último censo do IBGE possui 8,84 milhões de habitantes. Vale ressaltar que o referido dado populacional foi extraído do site do IBGE, por meio do navegador Google, tendo como público alvo mulheres que sofrem ou já sofreram violência psicológica no âmbito da violência doméstica, mas não apenas estas, inclui-se também aos sujeitos as mulheres que nunca sofreram esse tipo de violência, mas desejam obter conhecimento sobre como esta ocorre e se aplica.

Foram utilizadas pesquisas apenas por meios eletrônicos. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo, mas que será reduzido mediante o não constrangimento de qualquer envolvido ou qualquer informação apresentada referente aos dados apresentados.

Portanto, espera-se que o presente estudo possibilite que a sociedade seja conhecedora dos tipos penais relacionados à violência psicológica, dos direitos e mecanismos de proteção que são albergados às vítimas deste tipo de violência, bem como seja conhecedora dos casos de violência psicológica contra a mulher no estado do Ceará, evidenciados através dos dados obtidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do tema “violência doméstica” ser bastante amplo, o presente trabalho buscou abranger de forma especial um tipo de violência contra a mulher: a psicológica. Conclui-se que este se caracteriza por ser silencioso, transeunte, carecendo até mesmo, até pouco tempo atrás, de tipificação legal da demanda, mesmo diante da notoriedade e atenção que o crime necessita.

No presente trabalho, evidenciou-se a abordagem acerca do contexto histórico da violência doméstica, demonstrando a atemporalidade dessa conduta, perpassando classes sociais, culturas, e localidades, proveniente de uma cultura machista em que definia os homens como soberanos e incontestáveis, principalmente dentro de sua residência, submetendo esposa e filhos às suas ordens.

Abordou-se também sobre a incorporação legal da violência psicológica através da Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, bem como a demonstração de dados importantes sobre a incidência dessa violência no estado do Ceará, no intuito de evidenciar a incidência dessa violência na sociedade cearense, na qual 97,5% das mulheres vítimas de violência doméstica no estado identificam a violência psicológica como a forma de expressão mais recorrente da violência, comprovando a necessidade de ampliação de políticas públicas de combate a esse tipo de violência doméstica contra a mulher.

O presente artigo abordou ainda sobre inovações legislativas de proteção a mulher vítima de violência psíquica, introduzidas com o advento da Lei 14.188/2021, na qual trouxe avanços, como a inédita tipificação do crime de violência psicológica – art. 147-B do Código Penal Brasileiro e a possibilidade de afastamento do agressor do lar da ofendida em caso de violência psicológica, através do art. 12-C da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Ambas inovações buscam atingir o mesmo objetivo: a proteção da mulher vítima de violência psicológica, uma das violências mais recorrentes no país.

Todavia, mesmo levando em consideração os diversos avanços promovidos através dos novos dispositivos legais, o presente trabalho também teceu críticas às referidas inovações legislativas, em especial à incorporação do art. 147-B do Código Penal Brasileiro, no qual ainda

possui falhas, principalmente em relação à baixíssima pena aplicada pelo legislador e a necessidade de comprovação do dolo específico do agressor, por parte da vítima.

Em suma, o presente trabalho expõe que não basta apenas a tipificação legal da violência psicológica, se não houver um aparato mais claro e objetivo de como proceder diante do novo dispositivo legal, a agravação de sua pena base e, principalmente, o investimento em políticas públicas de prevenção a esse tipo de violência, visando, primordialmente, repaginar a visão da sociedade machista acerca do poder e abuso sobre a mulher, vislumbrando que, através deste artigo, seja possível criar uma cultura de discussão sobre o assunto, visando sempre garantir a proteção da mulher. Portanto, neste sentido, o presente trabalho atingiu seu principal objetivo: discutir sobre o tema, trazer informações úteis à sociedade e, principalmente, às vítimas que sofrem, de forma velada, esse tipo de violência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres Espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez Editora, 1985, p. 47.

BIANCHINI, Alice. **Ebook Violências contra as mulheres**. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Violencias-contra-mulheres%3Dtudo-o-que-voce-precisa-saber.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2022.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha**. São Paulo: Tirant do Brasil, 2020; BAZZO Mariana, CHAKIAN, Silvia. Crimes contra as mulheres.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de abril de 2022.

BRASIL, Lei Maria da Penha – **Lei 11.340/2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.html. Acesso em: 05 de maio de 2022.

CAPEZ, Fernando. **Dano emocional à mulher: novo crime do código penal**. **Revista Consultor Jurídico**. 12 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-12/controversias-juridicas-dano-emocional-mulher-crime-codigo-penal>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

CRUZ, Roberto Moraes; MACIEL, Saily Karolin. **Perícia de danos psicológicos em acidentes do trabalho**. Estudos e Pesquisas em Psicologia. UERJ, Rio de Janeiro, v. 2, p.

120-129, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v5n2/v5n2a12.pdf>. Acesso em: 10 de abril 2022.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

D'ALMAS, Fabiana. **Mulher tem direito a ocupar o espaço público sem fiu-fiu**. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/a-mulher-tem-direito-a-ocupar-o-espaco-publico-sem-fiu-fiu-por-fabiana-dalmas/>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

DE BEM, Leonardo Schmitt; MARTINELLI, João Paulo. **Direito Penal: lições fundamentais – parte geral**. 5 ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020, p. 474.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE, Agência de Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30658-violencia-atingiu-29-1-milhoes-de-pessoas-em-2019-mulheres-jovens-e-negros-sao-as-principais-vitimas>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

JUSPODIUM, **Curso de atualização em Direito Penal**. Disponível em: <https://juspodium.net/pdf/Curso-Atualizacao-Penal-2022-01.pdf> . Acesso em: 25 de maio de 2022.

MORAIS DA ROSA, Alexandre. **Guia do Processo Penal Estratégico**. Florianópolis: EMais, 2021.

NAVARRO GÓNGORA, José. **Violencia em las relaciones íntimas: uma perspectiva clínica**. Barcelona: Herder, 2015, p. 79-82.

NORDESTE, Diário. **Denúncias de Violência contra mulheres**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/ceara-e-7-estado-do-pais-com-mais-denuncias-de-violencia-contra-mulheres-1.3057284>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

NUDEM-CE, **dados de violência psicológica no Ceará** – Disponível em [Violência contra a mulher em dados | \[CE \] Violência psicológica é a mais recorrente entre mulheres no estado \(agenciapatriciagalvao.org.br\)](https://www.agenciapatriciagalvao.org.br). Acesso em: 23 de maio de 2022.

OMS, Relatório. Disponível em: <https://gife.org.br/relatorio-da-oms-aponta-violencia-como-problema-de-saude-publica/>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de Freitas. **Metodologia do Trabalho Científico**, 2013.

RAMOS, Ana Luisa Schmidt. **Violência Psicológica contra a Mulher: o dano psíquico como crime de lesão corporal**. 2 ed., Florianópolis: EMais, 2019.

VIENA, **Declaração**. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2022;

VIEIRA, M. M. F; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Violência Doméstica no Brasil – Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/dados-e-indicadores/violencia-psicologica>. Acesso em: 13 de maio de 2022;

Violência Doméstica no Ceará – Disponível em “[Eu não podia atender uma ligação](#)”: [violência psicológica é a mais comum contra mulheres no Ceará - Metro - Diário do Nordeste \(verdesmares.com.br\)](#). Acesso em: 01 de maio de 2022;